



Redes. Revista do Desenvolvimento Regional

ISSN: 1414-7106

revistaredes@unisc.br

Universidade de Santa Cruz do Sul
Brasil

Rodrigues, Waldecy; Carmo Teixeira, Maria; Rocha Silva, Mônica; Campolina Diniz,
Bernardo

CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DO SUDESTE DO
TOCANTINS

Redes. Revista do Desenvolvimento Regional, vol. 17, núm. 1, enero-abril, 2012, pp. 232-
248

Universidade de Santa Cruz do Sul
Santa Cruz do Sul, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552056840001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DO SUDESTE DO TOCANTINS

Waldecy Rodrigues¹

Maria Carmo Teixeira²

Mônica Rocha Silva³

Bernardo Campolina Diniz⁴

RESUMO

Quais são as variáveis conformadoras do desenvolvimento econômico das localidades? A visão econômica tradicional destaca o papel das condições naturais, da capacitação humana, dos investimentos públicos e privados para o processo de crescimento e desenvolvimento econômico, porém recentemente a literatura sobre capital social vem apontando que as variáveis econômicas não são suficientes explicar o processo, pois a organização social e participação cívica também ocupam um papel importante no processo da construção histórica do desenvolvimento. Assim, o trabalho tem como principal objetivo apresentar e discutir a relação entre capital social e o desenvolvimento econômico local, tendo como estudo de caso a região Sudeste do estado do Tocantins. Metodologicamente, utilizou-se a coleta de dados secundários sobre as variáveis conformadoras do desenvolvimento e entrevistas para avaliar o capital social dos municípios pesquisados. Os dados foram trabalhados de forma descritiva e também foi criado um modelo econométrico para avaliar a importância específica do capital social sobre os níveis de desenvolvimento da região. Conclui-se que o capital social é relevante para a melhoria dos indicadores de desenvolvimento, porém variáveis relacionadas com o avanço das políticas públicas de melhoria das expectativas de vida, educação e de combate direto a pobreza são ainda mais importantes.

Palavras Chaves: Capital social, desenvolvimento, participação cívica.

¹ Pós Doutor em Economia (UnB). Professor do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: waldecy@terra.com.br

² Mestre em Desenvolvimento Regional - Universidade Federal do Tocantins. E-mail: pgdra@uft.edu.br

³ Doutora em Ciências Sociais (UnB). Professora do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: monicars@terra.com.br

⁴ Doutor em Geografia Humana (USP). Professor do CEDEPLAR – UFMG. E-mail: bcampolina@terra.com.br

INTRODUÇÃO

O trabalho tem como principal objetivo apresentar e discutir a relação entre capital social e o desenvolvimento econômico local, tendo como estudo de caso a região Sudeste do estado do Tocantins.

Embora a teoria econômica, desde os economistas clássicos Smith e Ricardo, tenha destacado o papel das condições naturais, da capacitação humana, dos investimentos públicos e privados para o processo de crescimento e desenvolvimento econômico, a literatura sobre capital social vem apontando que as variáveis econômicas não são suficientes explicar o desenvolvimento econômico local e regional. Putnam (2002) destacou em trabalho seminal que as condições de disparidades de desenvolvimento nas regiões italianas têm uma estreita relação com os níveis de participação política e engajamento cívico das populações, ou seja, com seus níveis de capital social.

Capital social é aqui entendido como um conjunto de recursos, tais como: cooperação, civismo e respeito às normas de confiança mútua que são construídos e reconstruídos nas relações sociais, bem como nos diferentes modos de organização social de uma sociedade (PUTNAM, 2002; BOURDIEU, 1998). Com base nas teorias do capital social, a participação social, a confiança e a cooperação surgem como fatores relevantes para a promoção do desenvolvimento de uma região ou até mesmo de um país.

O conceito de capital social, segundo a concepção de Coleman (1994), pode ser definido pela sua função. De acordo com o autor, na medida em que entre os atores sociais há interdependência, eles somente conseguem satisfazer alguns de seus interesses agindo conjuntamente. Para tanto, é preciso que as relações sociais sejam baseadas na confiança e no compartilhamento de normas e hábitos. O capital social localiza-se não nos indivíduos, mas nas relações entre eles, e a existência de capital social aumenta os recursos à disposição dos indivíduos que se encontram imersos em tais relações (COLEMAN, 1994, p. 300-304).

Para Bourdieu (1998), a existência de uma rede de relações não é um dado natural e, sim, o produto do trabalho de instauração e de manutenção que é necessário para produzir e reproduzir relações duráveis e úteis, aptas a proporcionar lucros materiais ou simbólicos. Em outras palavras, o capital social é construído e reconstruído em todo momento para o bem-estar de uma sociedade, das instituições ou até mesmo para que os indivíduos continuem inseridos em um determinado grupo. Nesse sentido, o conceito de capital social acaba sendo um instrumento que agrega recursos aos indivíduos.

Em suma, para Coleman (1994), Putnam (2002) e Bourdieu (1998), capital social é produto das relações sociais que ocorre em diferentes grupos, organizações empresariais, instituições ou até mesmo em toda uma comunidade. Entretanto, essas relações sociais precisam ser baseadas na confiança mútua, no compartilhamento de normas e hábitos e, sobretudo, na capacidade dos indivíduos, por meio de redes duráveis de relações, cooperarem entre si em razão do bem-estar coletivo.

Há um importante espaço para o engajamento da sociedade no processo de desenvolvimento, através da ampliação dos canais de diálogo implicando na contínua melhoria das instituições. Vários autores, em contribuições recentes, corroboram em estabelecer uma associação entre capital social e desenvolvimento. Para Sachs (2002), um processo de desenvolvimento incluyente é aquele que garante os direitos civis e políticos, o exercício da democracia, a transparência e responsabilidade nas ações, valores estes, necessários ao bom funcionamento dos processos de desenvolvimento. De acordo com Durston (1999), o surgimento de cooperativas, associações, fundações e organizações não-governamentais (ONG's), com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da comunidade, têm fortalecido e estimulado o espírito de coletividade e solidariedade, construindo ou fortalecendo o capital social em uma determinada região.

METODOLOGIA

Em primeiro lugar, foi realizado o diagnóstico socioeconômico da região pesquisada, com a coleta e análise de informações sobre aspectos sociais, econômicos e políticos. Prioritariamente, foram levantadas informações relacionadas à composição do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios.

Para analisar o grau de capital social existente foram realizadas 24 entrevistas nos 20 municípios da região Sudeste do estado do Tocantins. A escolha dos entrevistados foi baseada nos seguintes critérios: ser liderança do poder público, liderança da sociedade civil ou gestor municipal. Estas foram realizadas para averiguar o nível e qualidade de atuação dos diferentes Conselhos Municipais, Associações e Cooperativas nos municípios da região pesquisada.

Para mensurar o nível de organização e a existência ou não de capital social, construiu-se o Índice de Capital Social (ICS), a partir das variáveis: Total de conselhos, conselhos existentes, conselhos ótimos e bons, associações ativas, total de associações, associados ativos, total de associados e taxa de alfabetização. Para qualificar a atuação das organizações cívicas, a partir de uma gradação que vai de péssimo a ótimo, foram utilizadas informações qualitativas coletadas nas entrevistas.

Para construir o ICS foram utilizados três componentes: o primeiro, cujo papel é mensurar a participação e organização do poder público, foi o Índice de Participação do Poder Público (IPPP) construído a partir das variáveis total de conselhos: número de conselhos que deveriam existir nos municípios, de acordo com parâmetros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁵; conselhos existentes (número de conselhos identificados nos municípios) e conselhos ótimos e bons, de acordo com a classificação dos entrevistados.

⁵Nas pesquisas realizadas pelo IBGE são avaliados os 10 conselhos que deveriam existir em todos os municípios: Assistência Social, dos Direitos da Criança e Adolescente, Tutelar, dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, Segurança Alimentar, Saúde, Educação, dos Direitos da Mulher, dos Direitos do Idoso e Comitê Fome Zero.

O segundo componente foi o Índice de Participação da Sociedade Civil (IPSC), construído com as variáveis associações ativas, total de associações, associados ativos e totais de associados, dados estes obtidos na pesquisa de campo e informações do Ruraltins (Órgão de extensão rural e assistência técnica do Estado); e o terceiro componente foi o Índice dos Indivíduos (II), ou seja, a Taxa de Alfabetização, aspecto importante na formação do capital social. Em seguida, calculou-se uma média aritmética, ou seja, somaram-se os dados e os dividiu por três, obtendo assim o ICS.

Quanto ao Índice de Capital Social, definiu-se que terá variação de 0 (zero) a 1 (um): quanto mais próximo de 1, maior a concentração de capital social e quanto mais próximo de zero, menor o estoque de capital social no município e/ou região.

A fórmula utilizada para a construção do ICS índice foi a seguinte:

$$\frac{\left\{ \frac{\text{Conselhos Existentes}}{\text{Total de Conselhos}} \times \frac{\text{Conselhos ótimos e bons}}{\text{Conselhos existentes}} \right\} + \left\{ \frac{\text{Associações Ativas}}{\text{Total associações}} \times \frac{\text{Associados Ativos}}{\text{Total de associados}} \right\} + \text{Taxa de alfabetização}}{3} = \text{ICS}$$

LEGENDA:

IPPP = Índice de participação do poder público

IPSC = Índice de participação da sociedade civil

II = Índice dos indivíduos

ICS = Índice de Capital Social

Logo após, para verificar a influência do capital social sobre os níveis de desenvolvimento dos municípios, definiu-se o indicador de desenvolvimento dos municípios como sendo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pois internacionalmente, apesar de críticas, é reconhecido como um parâmetro para medição do processo de desenvolvimento. Posteriormente, especificou-se a função explicativa do processo de desenvolvimento, ou seja, quais variáveis dependentes são capazes de explicar os diferentes IDH's municipais. Assim, o modelo econométrico adotado para explicar o IDH dos municípios foi o seguinte:

$$IDH = a_0 + a_1 R_{pc} + a_2 PercPobres + a_3 Conc + a_4 AE + a_5 EV + a_6 ICS + E_i \quad (01)$$

Onde:

IDH = Índice de Desenvolvimento Humano;

R_{pc} = nível de renda per capita dos municípios;

PP = Percentual de pobres;

Conc = Razão de concentração de renda dos 10% mais ricos sobre os 40% mais pobres;

AE = Anos de estudos;

EV = Expectativa de vida;

ICS = Índice de capital social;

E_i = Erro.

A princípio, em termos de especificação do modelo, espera-se que a variável renda per capita, anos de estudo, expectativas de vida e índice de capital social gerem variações diretamente proporcionais ao índice de desenvolvimento humano. Pelo contrário, espera-se que quanto maiores sejam os percentuais de pobres e concentração de renda, menores seriam os níveis de desenvolvimento humano.

Posteriormente, foram estimadas regressões a fim de avaliar o grau de participação das variáveis na determinação dos níveis de desenvolvimento humano. O método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) foi utilizado para estimar os modelos de equação do IDH.

Como a comparação de modelos com variáveis distintas não pode ser feita somente pelos (R^2), adicionalmente foi analisado o nível de significância dos parâmetros através do teste "t" de Student e p-value. O modelo ajustado que apresentar o maior número de variáveis significativas, a um dado nível de significância, é escolhido. Também foram realizados testes econométricos, tais como o Variance Inflation Factors (VIF) sobre os modelos, visando confirmar se havia ou não multicolinearidade elevada, isto é, se havia valores superiores ou iguais a 5.

Para testar o pressuposto de que a magnitude de um resíduo não influencia a magnitude do resíduo seguinte, realizou-se o teste Durbin-Watson para verificar a existência ou não de correlação serial entre resíduos consecutivos. Através da aproximação de "d" valores estimados a partir do modelo de Durbin-Watson, "d" tomam valores entre 0 e 4, se $d \approx 2$, pode-se concluir que não existe autocorrelação entre os resíduos.

Por fim, através da logaritimização dos dados, calculou-se a contribuição marginal de cada variável sobre os níveis de desenvolvimento humano, para verificar os pesos relativos homogeneizados de cada variável dependente. Por exemplo, com este procedimento é possível verificar o quanto a intensidade do capital social impacta as variações do desenvolvimento humano entre os municípios selecionados. A equação 02 expressa, em termos de derivadas parciais, a operação matemática realizada para o cálculo de cada contribuição marginal das variáveis independentes do modelo em questão:

$$\frac{\partial Y}{\partial X_1} + \frac{\partial Y}{\partial X_2} + \frac{\partial Y}{\partial X_3} + \frac{\partial Y}{\partial X_4} + \frac{\partial Y}{\partial X_5} + \frac{\partial Y}{\partial X_6} = 1 \quad (02)$$

= Contribuição marginal da renda per capita;

= Contribuição marginal do percentual de pobres;

= Contribuição marginal da concentração de renda;

= Contribuição marginal dos anos de estudo;

= Contribuição marginal da expectativa de vida;

= Contribuição marginal do capital social.

Em 2000, a taxa de analfabetismo da população com mais de 15 anos era igual a 25,6% e, apesar de ter diminuído 14% no período entre 1991 e 2000, ainda está acima dos índices do estado do Tocantins (13,6%) e do Brasil (18,8%)⁶. Em relação ao percentual de crianças com idade entre sete e catorze anos, com defasagem escolar, ao comparar os índices de 1991 e 2000, observa-se que em 2000 houve uma diminuição de 18% de crianças com mais de um ano de atraso escolar (IBGE, 2007). Entretanto, ao levarmos em consideração que, em 2000, o contingente de crianças nesta faixa etária era igual a 22.866 indivíduos, tem-se quase 10.000 crianças nesta situação, ou seja, 20,4% da população total da região Sudeste do Tocantins. Considerando que a educação é indicador relevante na composição do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), então, torna-se necessário uma maior intervenção dos governos na execução de políticas voltadas para a melhoria de qualidade da educação nesta região.

Em relação à renda média mensal per capita da Região Sudeste do Tocantins, em 2000, não ultrapassou os R\$106,36 (cento e seis reais e trinta e seis centavos), ficando abaixo da média do estado, que era igual a R\$115,70 (cento e quinze reais e setenta centavos) e, neste período, o salário mínimo era igual a R\$ 151,00 (cento e cinquenta e um reais). Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB), no período de 2002 a 2004, houve um crescimento de 53%, entretanto, no período de 2004 a 2006, esse percentual foi de apenas 13%, o que nos leva a inferir que a economia da região teve um desempenho bem aquém que o período anterior (IBGE, 2002-2006).

Sintetizando, a região Sudeste do Tocantins é uma região com baixo nível de desenvolvimento econômico e social, elevado nível de pobreza e com condições de saúde ainda precárias. Os níveis educacionais, apesar de uma evolução recente em termos de ampliação dos índices de escolarização, ainda padece de qualidade e têm índices menores que média brasileira (Tabelas 1 e 2).

⁶Fontes: IBGE, Censo Demográfico de 2000; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – Censo Escolar de 2000; Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento – PNUD (2000).

Tabela 1. Indicadores sociais – Região Sudeste do Tocantins - 2000.

Município	Taxa bruta de frequência à escola	Taxa de alfabetização	População total	Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais	Mortalidade até um ano de idade	Taxa de Urbanização	Esperança de vida ao nascer
Arraias	85,68	69,17	10984	3,21	34,34	65,81	61
Aurora do Tocantins	80,16	71,72	3101	3,33	41,23	55,86	68
Chapada da Natividade	69,21	70,88	3274	2,84	43,19	63,21	66
Combinado	80,6	75,3	4524	3,53	45,19	37,90	65
Conceição do Tocantins	82,19	71,92	4377	3,14	42,87	82,67	65
Dianópolis	88,64	80,57	15428	4,32	48,05	53,35	65
Lavandeira	74,31	75,58	1209	3,05	60,74	80,68	64
Natividade	79,71	75,59	8867	3,64	48,05	52,03	61
Novo Alegre	88,29	84,02	2274	4,32	52,17	72,17	64
Novo Jardim	80,12	74,49	2151	2,92	46,11	79,42	63
Paraná	74,44	69,01	10416	2,38	44,62	63,83	64
Pindorama do Tocantins	82,6	81,02	4685	3,4	46,27	27,20	65
Ponte Alta do Bom Jesus	77,07	68,93	4574	2,88	60,74	49,61	64
Porto Alegre do Tocantins	82,55	71,98	2393	2,94	37,41	53,87	61
Rio da Conceição	84,47	77,89	1189	3,57	60,74	57,58	67
Santa Rosa do Tocantins	84,7	75,32	4316	3,1	45,93	83,94	61
São Valério da Natividade	81,11	77,7	5054	3,19	45,19	53,80	64
Taguatinga	78,41	73,51	13169	3,75	44,21	44,28	65
Taipas do Tocantins	79,1	67,67	1713	2,8	43,19	61,96	65

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano (2000).

Tabela 2. Indicadores econômicos – Região Sudeste do Tocantins - 2000.

Município	IDH-M	Renda per Capita	Percentual de pessoas com mais de 50% da sua renda proveniente de transferências governamentais	Índice de Gente	Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres	% de pobres
Almas	0,638	112,05	12,34	0,62	30,88	62,21
Arraias	0,685	137,35	12,13	0,7	49,48	61,44
Aurora do Tocantins	0,658	104,98	14,05	0,6	44,5	58,54
Chapada da Natividade	0,649	121,39	9,71	0,7	145,72	63,29
Combinado	0,673	131,12	16,57	0,63	42,92	56,01
Conceição do Tocantins	0,65	91,7	14,88	0,62	22,56	70,08
Dianópolis	0,693	141,27	13,28	0,61	25,9	51,05
Lavandeira	0,597	55,93	10,94	0,59	66,2	71,68
Natividade	0,669	134,9	12,38	0,62	25,72	55,51
Novo Alegre	0,694	140,38	11,75	0,6	35,86	52,79
Novo Jardim	0,652	96,81	12,91	0,59	14,04	61,19
Paraná	0,63	87,56	12,12	0,66	38,42	73,53
Pindorama do Tocantins	0,658	80,19	16,75	0,52	11,6	69,63
Ponte Alta do Bom Jesus	0,616	97,69	18,47	0,61	27,5	66,3
Porto Alegre do Tocantins	0,654	82,31	12,78	0,61	13,55	71,09
Rio da Conceição	0,634	81,88	19,63	0,56	13,13	69
Santa Rosa do Tocantins	0,652	86,33	13,2	0,65	78,66	71,9
São Valério da Natividade	0,674	120,43	11,5	0,63	27,64	59,42
Taguatinga	0,667	130,56	14,6	0,66	43,52	59,12
Taipas do Tocantins	0,637	92,38	14,1	0,61	15,17	60,54

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano (2000).

Desenvolvimento e participação social na região Sudeste do Tocantins

Para averiguar o nível de atuação dos diferentes conselhos municipais nas comunidades, foram utilizados os conceitos ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo, durante a pesquisa de campo realizada na região Sudeste do Tocantins, em 2009. O resultado da investigação apontou que, dentre os conselhos mais lembrados e melhor avaliados pelos entrevistados, destacaram-se os Conselhos de Saúde, Educação, Ação Social e Tutelar. De todos os conselhos, os Tutelares foram os que obtiveram a melhor avaliação, com a soma dos conceitos ótimo e bom alcançando os 58,33%. Acredita-se que isto se deve ao fato de que, nestes conselhos, os conselheiros que trabalham diretamente nas comunidades são remunerados pelo município. Além disso, a sociedade tem mais participação e, na época de eleição da diretoria, os conselheiros divulgam os trabalhos realizados e fazem intensa campanha em busca de votos.

Em relação aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), a sua estruturação relaciona-se com a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, o qual parte da proposta de promover o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar utilizando as instâncias locais participativas, STTR – Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e os CMDRS, como espaço apropriado para a manifestação de interesses e a tomada de decisão democrática.

Na região Sudeste do Tocantins, o fortalecimento e a atuação dos CMDRS são de suma importância, pois, como essa região é reconhecida como Território da Cidadania, os CMDRS têm assento no colegiado que é a institucionalidade responsável pela gestão do Território. No início de 2009, dos 20 municípios desta região, 19 criaram e/ou reestruturaram seus CMDRS de acordo com a legislação e metodologia proposta pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF. Entretanto, a pesquisa identificou que a maioria dos CMDRS está praticamente inativos, com pouca representatividade e participação da sociedade civil. Apesar de serem paritários, não existe uma integração entre a sociedade civil e o poder público na definição e implantação dos projetos municipais e territoriais. Os CMDRS continuam sendo “mais um conselho” e, na maioria dos municípios, são poucos os entrevistados que sabem de sua existência.

Sobre a “importância da participação da sociedade civil nos conselhos”, 100% dos entrevistados afirmaram que é muito importante a presença e participação da comunidade nos conselhos e os motivos apresentados foram os mais variados: ter conhecimento e participação nas decisões tomadas; oportunidade para a sociedade apresentar as demandas, pois é ela que conhece a região e os problemas locais; porque, além de beneficiada, a sociedade atua como agente de construção; aumenta a transparência das ações; é uma das formas que a sociedade tem de fiscalizar e cobrar dos governantes as melhorias para a região; forma de governar melhor, participativamente; porque ela é que tem maior

interesse para que projetos sejam realizados; e para obter informações e fomentar uma melhor atuação dos conselhos (Pesquisa de campo, 2009).

Entretanto, mesmo afirmando que a participação nos conselhos é importante, observa-se que na realidade isso não acontece. Normalmente, a escolha dos conselheiros é definida pelo poder público e os conselheiros, muitas vezes, participam de vários conselhos, não se apropriam e nem se sentem pertencentes a nenhum. O poder político tem a retórica sobre participação, mas não a prática. Para finalizar, questionou-se sobre “a importância da celebração de parcerias entre governos e sociedade civil” e, novamente, a maioria dos entrevistados (91,7%) foi unânime em dizer que é muito importante, pois acreditam que a parceria entre governos e sociedade civil contribui e facilita a implementação dos programas e projetos e a continuidade dos mesmos (Pesquisa de campo, 2009).

As associações e cooperativas ativas na região Sudeste do Tocantins, que são predominantemente rurais, possuem cerca 6.200 associados. Entretanto, do total de associados filiados, somente 48,6% estão ativos e participam de alguma atividade. Quanto à participação em movimentos sociais, identificou-se que o percentual dos que participam (50%) e/ou participaram é igual aos que não participam (50%).

O Capital Social na região Sudeste do Tocantins

Observando os dados da Tabela 1, verifica-se que o Índice de Capital Social da Região Sudeste do estado do Tocantins é igual a 0,49, porém analisando por municípios, observa-se que, dos 20 municípios, 50% está com o ICS até 0,50; 25% na faixa entre 0,51 e 0,60 e 25% entre 0,61 e 0,82.

Tabela 3. Índice de capital social da região Sudeste do Tocantins – 2009.

Municípios	Total Associações	Assoc. Ativas	Total Associados	Associados Ativos	Total de Conselhos Municipais	Conselhos Municipais Existentes	Conselhos ótimos e bons	IPPP	IPSC	II	ICS	ICS (s/tx alfab.)
Almas	12	12	331	205	10	5	2	0,20	0,62	0,76	0,53	0,41
Arraias	18	8	553	189	10	5	5	0,50	0,15	0,69	0,45	0,33
Aurora do Tocantins	3	1	47	12	10	6	1	0,10	0,09	0,72	0,30	0,09
Chapada de Natividade	12	10	283	263	10	7	4	0,40	0,77	0,71	0,63	0,59
Combinado	8	3	1172	57	10	6	2	0,20	0,02	0,75	0,32	0,11
Conceição do TO	7	4	283	95	10	6	6	0,60	0,19	0,72	0,50	0,40
Dianópolis	24	20	665	373	10	7	3	0,30	0,47	0,81	0,53	0,38
Lavandeira	2	2	60	38	10	6	5	0,50	0,63	0,76	0,63	0,57
Natividade	30	25	361	152	10	6	0	0,00	0,35	0,76	0,37	0,18
Novo Alegre	2	0	48	0	10	6	2	0,20	0,00	0,84	0,35	0,10
Novo Jardim	2	1	62	15	10	6	6	0,60	0,12	0,74	0,49	0,36
Paraná	7	6	162	91	10	6	6	0,60	0,48	0,69	0,59	0,54
Pindorama	9	8	245	209	10	6	5	0,50	0,76	0,81	0,69	0,63
Ponte Alta do Bom Jesus	3	2	18	18	10	7	0	0,00	0,67	0,69	0,45	0,33
Porto Alegre do Tocantins	7	7	233	190	10	3	1	0,10	0,82	0,72	0,55	0,46
Rio da Conceição	4	4	103	87	10	4	2	0,20	0,84	0,78	0,61	0,52
Santa Rosa	8	8	699	699	10	7	7	0,70	1,00	0,75	0,82	0,85
São Valério	8	8	385	110	10	8	7	0,70	0,29	0,78	0,59	0,49
Taguatinga	10	10	405	166	10	6	2	0,20	0,41	0,74	0,45	0,30
Taipas	1	0	0	0	10	5	2	0,20	0,00	0,68	0,29	0,10
Região Sudeste do Tocantins	177	139	6115	2969	200	118	68	0,34	0,38	0,75	0,49	0,36

Fonte: (1) Pesquisa de Campo realizada na região Sudeste, em 2009/Ruralitins - (2) Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

Taipas é o município com o menor valor ICS, 0,29 e acredita-se que isso se deve ao fato de que neste município só existe uma cooperativa, e mesmo assim, inativa. Quanto ao município de Santa Rosa do Tocantins, segundo informações do Ruraltins⁷, tanto as associações como os associados são atuantes e estes somados à taxa de alfabetização são aspectos importantes e contribuíram para que o município apresentasse o melhor índice de capital social da região (0,82).

Influência do capital social sobre os níveis de desenvolvimento no Sudeste do Tocantins

Conforme visto os municípios apresentam diferentes estágios de capital social. Será que isto tem impacto sobre os níveis de desenvolvimento local? Se sim, o quanto é relevante? É possível mensurar? Tal relação se existente aplica-se à região Sudeste do Tocantins?

A seguir tem-se o modelo econométrico que relaciona os níveis de desenvolvimento da região Sudeste do Tocantins com as variáveis econômicas, educação, expectativa de vida e do chamado capital social. Verifica-se que pelo modelo quantitativo, as variáveis seguem as expectativas teóricas esperadas, são significativas e não apresentam problemas de ajustes.

Tabela 4 - Estimativa dos parâmetros dos determinantes do desenvolvimento humano na região Sudeste do Tocantins

Variáveis explicativas	Coefficientes de regressão	Teste "t" de Student	VIF
Constante	14, 815*	2, 071	
Renda per capita	0, 041*	3, 045	, 177
Percentual de pobres	-0, 075***	-1, 260	-, 073
Concentração de renda	-0, 015*	-2, 610	-, 152
Anos de estudos	2, 053*	4, 018	, 234
Capital social	0, 051*	3, 063	, 178
Expectativa de vida	0, 658*	7, 761	, 452
Coeficiente (R ²)	0, 956		
Valor F	49, 992		
Durbin-Watson	1, 631		

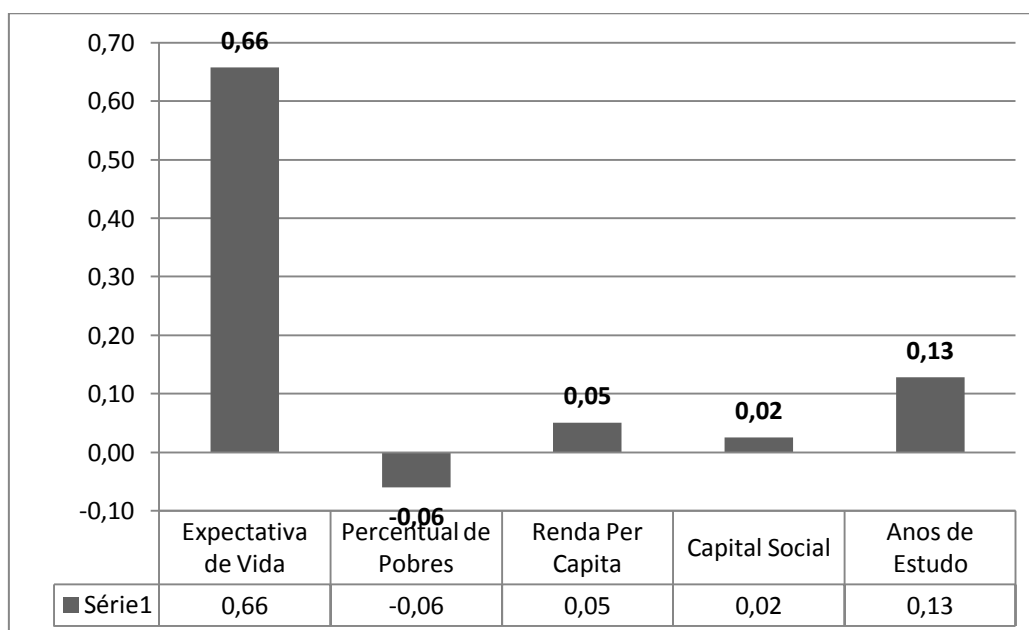
Nível de significância: * significativo até 5% ** significativo até 10% ***significativo até 20%

Conforme dito na metodologia, para verificar o efeito de cada variável dependente sobre o desenvolvimento humano na mesma grandeza de valor, que permita uma correta hierarquização, é necessário logaritizar as variáveis. Com este procedimento realizado, verifica-se que a variável mais relevante para a

⁷ Órgão de assistência técnica e extensão rural do estado do Tocantins.

ampliação dos níveis de desenvolvimento humano na região Sudeste do Tocantins, é o nível da expectativa de vida que apresenta uma contribuição marginal de 0,66. É acompanhado pelos anos de estudo e redução do percentual de pobres, com indicadores respectivos de 0,13 e -0,06. Então, deduz-se que as políticas públicas relacionadas com a ampliação das expectativas de vida (saúde, nutrição e outras) e educação conjuntamente com o combate direto a pobreza são as mais eficazes para ampliação dos níveis de desenvolvimento humano da região Sudeste do Tocantins.

Gráfico 1. Contribuições marginais das variáveis dependentes ao crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano na região Sudeste do Tocantins



Fonte: Elaboração própria.

Já o capital social é interveniente ao processo de desenvolvimento humano com uma contribuição marginal de 0,02, que é relativamente expressivo. Chama a atenção do crescimento da renda per capita ter um efeito marginal muito inferior aos efeitos das demais variáveis (expectativa de vida, anos de estudo e percentual de pobres). Por que isto ocorre? Uma hipótese explicativa é que o modelo de crescimento estruturado na região Sudeste do Tocantins, se avançar tem uma contribuição pouco significativa à melhoria dos índices de desenvolvimento humano da região. Pois, trata-se atualmente de um modelo econômico alicerçado em uma pecuária extensiva lastreada por uma estrutura agrária bastante concentrada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que as condições de melhoria dos níveis de desenvolvimento na região Sudeste do Tocantins estão associadas fortemente ao sucesso das políticas públicas relacionadas com a ampliação das expectativas de vida (saúde, nutrição e outras) e educação, conjuntamente, com o combate direto a pobreza. Por outro lado, o capital social tem um papel relativamente expressivo, importância próxima da própria contribuição do crescimento renda per capita. Isso ocorre pela natureza concentradora do modelo de crescimento estruturado na região Sudeste do Tocantins.

Assim, para atingir níveis mais elevados de desenvolvimento, não basta somente assegurar trabalho e renda dignos, é necessário também proporcionar à população níveis compatíveis de educação, saúde, cultura, habitação, recursos naturais, dentre outros. Uma vez que, a sustentabilidade das comunidades está intrinsecamente relacionada à garantia de direitos da população a serviços urbanos de qualidade, à moradia, trabalho e lazer, ou seja, a todas as condições que contribuem positivamente para alcançar o que denominamos qualidade de vida.

Uma das estratégias que tem contribuído para a promoção deste tipo de desenvolvimento é a implementação de políticas sociais, por meio da gestão democrática, com ampla participação de vários atores sociais e econômicos num processo de planejamento continuado, capaz de fomentar a realização de iniciativas envolvendo cooperação e parcerias entre a sociedade civil e o poder público nos três níveis federativos.

Entretanto, com base nos dados apresentados e discutidos neste trabalho, pode-se afirmar que o Sudeste do Estado do Tocantins ainda é uma região com baixa concentração de capital social e que, ao longo de sua história, não foram construídas relações associativas como as registradas por Putnam (2002) em algumas áreas do centro e do norte da Itália, as quais poderiam proporcionar um campo fértil para a difusão de mecanismos de participação. Na maior parte das comunidades, são poucas as pessoas que acreditam na importância da participação e do envolvimento, de forma direta e continuada, na formulação e na implementação de projetos sociais e de geração de renda, fato que pode ser comprovado nos números do Índice de Participação da Sociedade Civil.

São vários os motivos que levam a não participação. O primeiro é que, em geral, não existem instâncias consolidadas de organização das comunidades que proporcionem uma base institucional sólida para desenvolver os processos de participação em escala regional ou territorial. O que se encontra nas associações, cooperativas, conselhos municipais e demais grupos organizados existentes nos municípios são poucas pessoas participando e se envolvendo nos projetos e ações e muitas esperando os resultados das ações coletivas para depois decidirem se irão participar ou não. Outro aspecto que favorece a não participação é a tendência de se fazer um elo entre participação e disponibilização de recursos. É importante aumentar a influência das comunidades sobre a distribuição e aplicação dos recursos públicos. No entanto, acredita-se que isso deve ser feito de maneira a maximizar outros efeitos positivos da participação, como a capacitação e o

aprendizado coletivo, ou a acumulação de capital social, que são talvez até mais importantes para o desenvolvimento regional no longo prazo.

O cultivo de capital social – buscando, por exemplo, valorizar o papel da sociedade civil na vida econômica – pode contribuir para a construção de uma sociedade que enfatize o espírito de coletividade, reciprocidade, solidariedade e de confiança entre as pessoas. Desta forma, se construirá e/ou fortalecerá o capital social, objetivando o bem-estar social, integrando as relações sociais no território e alcançando melhores níveis de desenvolvimento.

SOCIAL CAPITAL AND REGIONAL DEVELOPMENT: THE CASE OF SOUTHEAST TOCANTINS

ABSTRACT

What are the variables as the economic development of localities? The traditional economic view emphasizes the role of natural conditions, human capacity, the public and private investments to the process of economic growth and development, but recently the literature on social capital has been emphasizing that economic variables are not sufficient to explain the process, as the social and civic participation are also relevant. Thus, this paper has as main objective to present and discuss the relationship between social capital and local economic development, taking as a case study in southeastern state of Tocantins. The method employed to collect secondary data on the variables as the development and interviews to assess the social capital of the municipalities surveyed. They were collected in a descriptive way and also created an econometric model to assess the specific importance of social capital on the levels of development in the region. We conclude that social capital is relevant to improving development indicators, but variables related to the advancement of public policies to improve life expectancy, education and direct combat poverty are even more important.

Keywords: Social capital, development, civic participation

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, P. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Texto para Discussão nº 630 – Documento elaborado para o projeto “Novas Formas de Atuação no Desenvolvimento Regional”, financiado pelo convênio IPEA/BNDES/ANPEC – Brasília, 1999.
- BOURDIEU, P. O capital Social: notas provisórias. *In*: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos da Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- COLEMAN, J. S. **Foundations of social theory**. Harvard University Press, 1994.

DURSTON, J. **Construyendo capital social comunitario. Una experiencia de empoderamiento rural en Guatemala** (LC/L.1177). Santiago de Chile: COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 1999.

FUKUYAMA, F. Capital social y desarrollo: la agenda venidera. *In*: ATRIA, R. SILES, M. (compiladores). **Capital Social y reducción da pobreza na América Latina y Caribe**: em busca de um nuevo paradigma. Santiago do Chile: CEPAL, 2003.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico, 1991**. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default_censo1991.sht

m. Acesso em: 31 ago. 2009.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico, 2000**. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/defaulttab_municipal.sht

m. Acesso em: 31 ago. 2009.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Sistema de Contas Nacionais 2002-2006**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/referencia2000/2002_2006/default.shtm. Acesso em: 17 jan. 2009.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Perfil dos Municípios Brasileiros – Assistência Social 2005**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/munic_social_2005/?nome=&uf=17. Acesso em: 28 ago. 2009.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Contagem da População, 2007**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>.

Acesso em: 25 ago. 2009.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro, Garamond, 2002.